

ESTILOS DE PENSAMENTO E VIDA CRIMINAL

Prof. J. Pinto da Costa

Escreveu Jean-Jacques Rousseau no Emílio: *“Por que motivo a educação de uma criança não haveria de começar antes dela saber falar e compreender, pois unicamente a escolha dos objectos que se lhe apresentam é passível de a tornar tímida ou corajosa?”*

Será que o homem, aquele macaco que, um dia, bateu no peito Eu, Eu, consciencializando-se da sua existência, ao triunfar sobre o seu concorrente Australopithecus Africanus, foi moldado pelas armas que lhe permitiram a superioridade?

Então é razoável que a descoberta e o aperfeiçoamento das armas e a luta contra os opositores constituam mecanismos genéticos, anteriormente programados.

Há um problema biológico. A ave constrói o ninho. A pessoa humana obedece a um imperativo territorial e, devido a uma obrigatoriedade biológica natural do ser, luta pela posse e pelo prestígio.

É incontestável que a agressividade é uma componente humana, cuja supressão talvez seja ainda mais espectacular do que a presença. A agressividade e a violência estão estreitamente relacionadas com a fome, a sede, a cólera e a alegria, cujos desenvolvimentos se processam segundo uma sequência invariável no que toca ao seu carácter explosivo, invasor e hegemónico.

Um comportamento pré-criminal é um estado de não necessidade de cumprimento, levando a inaceitação de qualquer norma e a uma insubmissão genérica, que muitas vezes não tem grande repercussão prática porque tais

comportamentos não chegam às malhas da justiça, como, por exemplo, cuspir na rua ou “levar” um cinzeiro do café.

A vida criminal é condenável porque apesar de conservar a inteligência, muitas vezes de nível superior ao normal, o delinquente é transformado pela ausência irreduzível de um comportamento insubmisso a qualquer disciplina indispensável à vida social na qual se encontra inserido.

O respeito dos outros, apenas conquistado por luta violenta, resulta de uma necessidade fortemente instintiva. A violência comanda o mundo e se o homem se impôs aos outros animais foi pela violência.

O perigo de morte iminente ao terrorismo consiste em descuidar aquele princípio natural e biológico, deixando-se embalar, pela ilusão da eliminação da violência e pela crença cega na eficácia a 100%, da aprendizagem e da educação. Melhorar sim, curar não.

É possível que à vida monótona da sociedade contemporânea, super programada, informatizada, tudo previsto, se contraponha, por necessidade, um aumento da violência inerente à natureza biológica da pessoa humana.

Perdidos no artificialismo que construímos, roubando espaços à natureza com florestas de cimento, cada vez estamos mais perto uns dos outros e cada vez estamos mais sós. Na viragem do ambiente, que nos atrofia os músculos e atrofia as articulações, como reacção natural acontece a necessidade de violência inerente à natureza biológica do ser humano.

A violência é, assim, um modelo que permite a afirmação e o encontro com nós próprios.

À medida que a nossa ignorância vai sendo cada vez menor, aprendemos que a agressividade se relaciona com o sistema límbico e com certas zonas dos lobos pré-frontais.

Assim, classicamente, conta-se a agressão depredadora, por rivalidade, por medo, por irritabilidade, a agressão territorial e a agressão material.

Hoje, como reflexão, acresce a agressão instrumental, na expressão do terrorismo, como comportamento agressivo e comportamento apreendido, muito facilitado em todas as situações que lembrem a fase primitiva da aprendizagem.

O terror é uma agressão. Os comportamentos humanos, especialmente os comportamentos agressivos, mais do que de natureza instintiva, teriam um substrato de nível social e psicológico.

A criminalidade é diversa consoante a diferenciação sócio-cultural e económica de uma certa região. O acesso à cultura é igual para todos, mas é muito mais igual para uns do que para outros.

O criminoso é um reflexo e um motivo de progresso. Na primeira hipótese, o crime surge da inadaptação a circunstâncias novas por inaceitação do desafio no tempo. Na segunda, o estudo da conduta humana e a tentativa do seu reajustamento à nova ordem são o efeito positivo do fervilhar do comportamento humano.

Não vamos insistir na problemática do criminoso político, pois, devido à alternativa do poder político, o mau de hoje é o bom de amanhã.

Do seu perfil resulta sobretudo um inconformismo com as estruturas sociais vigentes.

Quanto maior é a desorganização social, mais frequente é o crime, aumentando com a inflação, instabilidade política e económica. Encontram-se nas grandes comunidades vários tipos característicos.

Os homicídios e as ofensas corporais, como exemplos de crimes violentos, são o resultado do endeusamento da força, como processo válido de solução dos conflitos humanos, em face da ausência de adequada educação e de meio de transmissão cultural. Os atentados terroristas são um reflexo do retorno à vingança privada. A punição, pura e simples, nem diminui a criminalidade nem recupera o criminoso. O que falta é a humanização do Homem.

O crime dimana do grupo, mas a própria evolução grupal, motivada por uma certa conduta, estremece a maneira considerada correcta até então pelo grupo social.

A compreensão do acto criminoso só é possível pelo estudo da personalidade, ou seja a pessoa humana no seu ambiente vivencial, na sua aprendizagem escolar, na sua educação moral e religiosa, na assistência sanitária que recebeu no trabalho, no grupo, considerada ainda a capacidade económica familiar, a habitação, a facilidade de transporte, os divertimentos e a comunicação social.

As guerras, com padrões morais, afastados da normalidade anteriormente aceite, constituem factor desestabilizante e que dificulta a aplicação de normas com o ritmo anterior, o que, obviamente, resulta no aumento significativo da criminalidade. Foi o que aconteceu com a guerra de 1914 a 1918, de 1939 a 1945, com a guerra do Vietname, da Coreia, dos Balcãs, do Islão, do Iraque entre muitas outras.

O terrorismo é legitimado por muitos, quando está ao serviço da sua verdade, no âmago da defesa de uma causa superior. São os comunistas contra os fascistas, estes contra aqueles, os da esquerda contra os da direita e vice-versa, paradoxalmente na defesa da liberdade, da humanidade, da justiça, da paz, da igualdade e da fraternidade.

É apontado como o único meio para alcançar a verdade e autenticidade de ser, e o sentimento e afirmação de identidade.

Para alguns, o terrorismo, na medida em que combate o tédio, seria um bem de consumo.

Para os seus defensores ele não é mais que um instrumento destinado a instaurar uma melhoria da ordem, a qualquer preço, com violência máxima incluída. Por mais estranho que pareça, a cegueira e o fascínio pela atracção que sobre eles exerce este processo que os domina, acabam por encarar no meio um fim absoluto, apesar de serem fundamentalmente contra a destruição e malefícios que provocam.

Todo o terrorismo é violência, mas nem toda a violência é terrorismo. A violência pretende ser a única forma eficaz de agressão. Em rigor, todas as formas de agressão podem afinal conduzir à violência. O grau e a profundidade do conhecimento minoram o perigo de uma regressão à violência. A aceitação concreta das manipulações e manobras difundindo a noção de que a violência à inevitável, podem contribuir para a existência tácita daquela.

No campo do bioterrorismo parece consensual que cada País deve dispor de sistemas centrais de doenças suspeitas. Um eventual episódio epidémico deve ser evitado ou pelo menos controlado, mediante uma programação informática de resposta imediata antes que seja tarde demais. Não pode olvidar-se que muitas vezes os primeiros alarmes não vão além dos sintomas de uma vulgar gripe.

O conceito de bioterrorismo, geralmente aceite, implica a ideia de uma doença infecciosa, com características de surto, que atinge milhares de pessoas.

A manipulação genética é hoje possível em genes humanos, animais e vegetais. Tudo vai dos encargos financeiros que tais intervenções representam. Para o bioterrorismo os custos são secundários já que tal criminalidade conta com avultado poder económico inclusive para pagar grandes somas a cientistas.

Em todo o mundo, as organizações criminosas investem muito mais do que os próprios governos.

O bioterrorismo é hoje um problema novo mas global, cujo melhor conhecimento passa em grande parte pela intervenção da CIA cuja profunda devassa na Internet aquando da pesquisa do bioterrorismo no Iraque, levou à casual descoberta de uma rede de pedofilia internacional na qual Portugal está implicado e que levou a detenções.

A grande questão do bioterrorismo não é propriamente o que fazer mas sim quando se deve fazer.

O bioterrorismo é uma arma temível. Naturalmente, a gripe de 1918 matou 20 milhões de pessoas o que significa muito mais do que a guerra de 1914-1918.

Estaremos preparados para o bioterrorismo? Certamente que não. Os programas melhor elaborados existem nos USA, onde há uma articulação entre o sistema de Defesa e o Serviço de Saúde.

Destaca-se o CDC (Centers for Disease Control and Prevention) para controlo das doenças, o NIH (National Institutes Health) e o NCID (National Center for Infections Diseases) onde se estudam estas doenças. Nestes centros estão depositados todos os vírus e bactérias de múltiplos países.

O bioterrorismo exige vigilância epidemiológica enumerando os vírus existentes em cada país e deve ser um capítulo obrigatório dos programas de defesa civil. O bioterrorismo estende-se aos produtos alimentares que podem ser contaminados propositadamente.

Pela carga negativa da palavra terrorismo há quem prefira falar de armas biológicas. Palavras diferentes para conteúdos iguais. O que é importante é que se multipliquem debates sobre biossegurança para maior tranquilidade e segurança de todos os países.

Os médicos, como nas grandes questões sociais, desempenham desde logo um papel de relevo no bioterrorismo porque são eles que registam nas fichas dos

doentes certas sintomatologias que frequentemente podem ser comuns à gripe, mas que podem resultar de intenção danosa.

Para controlar pessoas eventualmente vítimas de bioterrorismo, tem sido proposto que cada país tivesse uma listagem computadorizada de doenças suspeitas, sob reserva sigilosa dos seus portadores.

Como remate destas considerações gerais sobre o bioterrorismo sublinha-se que este emprega material biológico nocivo, sejam vírus, bactérias ou toxinas alimentares em quantidades muito maiores do que aquelas que naturalmente causam doença.

É indispensável que a população esteja informada sobre a multiplicidade dos estilos de pensamento e de vida criminal para que possa fazer as suas escolhas em liberdade.

Os critérios de normalidade e anormalidade mental têm sido extensamente abordados, sublinhadas as dificuldades em estabelecer limites. Do ponto de vista filosófico, normal é o que é como deve ser.

Leclêre define o homem normal como o homem ideal possível. É normal tudo o que esteja conforme uma regra, ainda mesmo que a existência dessa regra seja conhecida empiricamente, e que o seu valor *a priori* seja apenas presumido.

Para os biólogos, além do sentido empírico da normalidade, é normal o que é habitual e frequente e estatisticamente aferido. Há a aceção teleológica, segundo a qual é normal tudo o que concorre para a conservação do indivíduo e da espécie. Resulta disso que às vezes essas duas categorias de normalidade podem não ter correspondência, pois um fenómeno pode ser anormal no primeiro sentido e normal no segundo. Por exemplo o génio, visto que é útil.

Do ponto de vista empírico, nem tudo o que é anormal é patológico. Ter um dedo supranumerário pode deixar de ser um fenómeno mórbido, se o dedo é dotado de enervação e vascularização suficientes. Do mesmo modo, o sintoma histérico não é sempre patológico se com ele o indivíduo tenta uma adaptação *sui-generis*.

A propósito, é de lembrar que, do ponto de vista da psicopatologia, um facto psíquico anormal pode ser apreciado positivamente, havendo casos nos quais, para que a produtividade intelectual se tenha dado, foi crucial uma doença mental.

Cabe precisar o sentido exacto desses termos e daqueles que se empregam como equivalentes e que frequentemente se encontram na linguagem psiquiátrica e jurídica.

Anormal é o que se afasta da norma, o que é desregrado, e que dificulta ou obsta à adaptação do indivíduo ao meio, tudo o que é contrário à conservação ou desenvolvimento ontogénico ou filogenético. Anómalo é simplesmente o que é irregular ou que está em desacordo com a ordem natural. O que é anómalo pode não ser anormal ou patológico como, por exemplo, uma glândula endócrina com localização atípica e que funciona fisiologicamente.

A aberração é o afastamento, o desarranjo, a irregularidade no exercício de uma função, por exemplo a aberração do julgamento, a aberração sexual. Nem sempre o que é aberrante é patológico, como acontece quando um órgão entra em função vicariante ou substitutiva, ou quando a epístaxe compensa a menopausa.

A monstruosidade consiste em toda a alteração original do tipo específico desde as anomalias mais leves até às mais aparentes. Etimologicamente, é a alteração morfológica, visível e que se mostra (os antigos acreditavam que os monstros surgiam para revelar as desgraças futuras). A linguagem vulgar alterou o sentido de monstruosidade, levando a que numa perspectiva moral se chame monstruosidade ao que fere a sensibilidade ou viola as regras éticas.

Também o termo degenerescência, empregado inicialmente por Morel, passou a ter um significado de alteração ou tara de nível hereditário e em evolução para a decadência e a inadaptação de um sujeito.

A ideia de degenerescência implica necessariamente a de degradação patológica, embora os criminologistas da escola positiva pretendam entrever estigmas de degenerescência em simples peculiaridades ou anomalias morfológicas e psíquicas, tendo o abuso da expressão resultado na sua absoluta imprecisão.

Tem-se levantado a questão de saber se, do ponto de vista filosófico e sociológico, o crime seria um fenómeno anormal ou patológico.

Durkheim sublinha que um facto social é normal para um certo social, considerado numa fase determinada de seu desenvolvimento, quando se reproduz na média das sociedades de sua espécie, e na fase correspondente de sua evolução.

O crime observa-se em todas as sociedades, de todos os tipos. Com a evolução social, a criminalidade não se extingue, mas muda de formas, e as estatísticas oficiais revelam que a delinquência se mantém em índices persistentes nas diversas comunidades. Assim, o crime apresenta todas as características de um fenómeno socialmente normal, ligado às condições da vida colectiva.

Por psicopatologia prisional entende-se aquela que é devida ao ingresso no estabelecimento prisional, e que tem mecanismos etiopatogénicos variados reconhecidos pela maioria dos autores, neste campo.

A frustração resulta da perda de liberdade e da ruptura com o meio habitual. A frustração prolongada conduz á agressividade. É evidente que a frustração pode ser reprimida para um plano subconsciente, mas se aflora produz-se uma reacção de descarga agressiva projectada nos outros (hétero-agressividade) ou para consigo próprio (auto-lesionisnio ou suicídio).

Outro mecanismo etiopatogénico relaciona-se com os sentimentos de culpa, os quais existem em todos os presos. Tais sentimentos são mais acentuados nas prisões preventivas pois a aceitação daqueles melhora o estado psíquico do detido.

Estes sentimentos vergonhosos numa concepção freudiana, porque também são reprimidos, podem aflorar à consciência, provocando vários quadros patológicos, como, por exemplo a síndrome de Ganser.

A rebeldia contra a autoridade, embora possível em todos os presos, é mais comum nos jovens. Numa interpretação psicanalítica seria a oposição ao pai, ou complexo de Édipo. Manifesta-se por resistência ou desobediência aos guardas prisionais ou a qualquer tipo de autoridade.

Os rebeldes associam-se formando grupos, com violência muito forte, por vezes, graças ao anonimato, atingindo motins. Os grupos têm cabecilha, que é um líder, em regra um psicopata hipertímico com bom nível de inteligência.

A carência de gratificação sexual é um lugar comum a qualquer preso. Como pessoa humana, o encarcerado tem necessidade de vida sexual estável que o satisfaça, o que não é fácil encontrar-se nas cadeias. Não é raro muitos presos serem abandonados pelas esposas, não lhe sendo fácil estabelecer novos laços afectivos.

Apesar de actualmente consentidas visitas a duo, nem todos os casais se sentem predispostos a este tipo de relações, nem eles preenchem o conteúdo de uma sexualidade adequada.

As relações sexuais assumem um carácter atípico, incluindo a homossexualidade, a masturbação, a violação e o coito interrompido. A vida sexual do preso estabelecida em secretismo fomenta o aumento da transmissão sexual de doenças como a sífilis, a gonorreia, a hepatite e a sida.

O problema lúdico, como impossibilidade real de diversões do preso, é obviamente uma questão grave na medida em que a sua falta é factor de aumento de agressividade.

É necessário um espaço nas cadeias para que os presos se movimentem, em jogos físicos, em harmonia bio-psico-física. Quando isto existe, não há agressividade, nem se recorre a jogos ilícitos.

A aglomeração provoca nos presos um sentimento de anonimato e de manifestações semelhantes ao que acontece aos habitantes das grandes cidades,

que origina a solidão. A aglomeração dificulta a relação de transferência e de cordialidade com os assistentes sociais e seus problemas de educação.

O isolamento acontece quer como sanção, quer como protecção para presos que se sentem ameaçados. O isolamento leva a uma conduta egocêntrica e aumenta os sintomas psicopatológicos, chegando a provocar psicoses delirantes ou alucinatórias.

As toxicodependências podem ser anteriores ao encerramento, mas também podem ser posteriores.

Os toxicómanos existentes nas prisões e que são privados do tóxico ou lhes é reduzida a quantidade habitual podem apresentar síndromes de privação variáveis consoante a droga em questão.

O meio prisional, não raras vezes, é o lugar adequado para a iniciação dos jovens no consumo de drogas, quer por falta de actividade ou como meio de evasão, já que esta, não sendo possível, realiza-se através do mundo simbólico ou alucinatório das drogas.

Se o preso tem uma personalidade patológica prévia, a toxicodependência será mais intensa e duradoura.

As psicoses prisionais ou carcerárias, nome consagrado para as psicopatias mais comuns nas cadeias, são na realidade neuroses reactivas, devido à situação anómala do recluso submetido a uma grande tensão física e emocional.

Kraepelin sublinhou que as citadas alterações são de duração breve, evoluindo tumultuosamente com predomínio das situações depressivas e ansiosas, paranóides e histéricas.

Apesar da sintomatologia polimorfa que apresentam são de prognóstico favorável excepto nos casos de patologia prévia da personalidade, havendo acentuada melhoria ou até desaparecimento da sintomatologia quando o preso é transferido para um anexo psiquiátrico da cadeia ou outra instituição psiquiátrica, ou até ao tomar conhecimento da sua situação penal em face dum exame mental.

A simples entrada no estabelecimento prisional pode causar, em muitas pessoas, crises nervosas, por vezes intensas, insónias e variadas somatizações.

Schinideberg chamou prisonização à síndrome reactiva secundária à privação da liberdade que acontece nas pessoas normais e até, experimentalmente, nos animais. É um processo de inadaptação como quando uma planta é mudada para outro vaso.

As síndromes depressivas verificam-se em muitos presos e são mais notáveis nos primeiros dias da prisão. O suicídio não é raro e acontece nos primeiros tempos de prisão. A solidão no primeiro dia de prisão e a solidão dos

presos a quem ninguém visita, algum tempo mais tarde é o factor mais forte no desencadeamento do suicídio.

Tem-se verificado o aumento das organoneuroses nas populações em liberdade, o mesmo acontecendo com os presos.

A privação da liberdade piora as alterações psíquicas eventualmente prévias no indivíduo que vai ser encarcerado.

A agressividade originada pela detenção e as circunstâncias que a envolvem podem agravar uma psicopatia.

Quando esta agressividade está muito aumentada e dirigida para o próprio leva ao auto-lesionamento.

Certas psicoses esquizofrénicas e situações borderline de manifestações muito ligeiras desabrocham no meio prisional. Quando isto acontece deve proceder-se a internamento psiquiátrico, sem o qual a doença se agravará rapidamente.

Os complexos de prisão surgem ao fim de alguns anos nos condenados a largos anos. Pode haver um desenvolvimento paranóide, habitualmente em presos de mais de sessenta anos e neste caso tal patologia é incurável. Estes estruturam o chamado delírio do indulto pré-senil, julgando que foram indultados do resto da pena pelo Chefe de Estado, mas mantêm-se detidos por manobras de funcionários do Ministro da Justiça ou da cadeia que os retém.

Outra psicose encontrada nas cadeias é o quadro paranóide prisional, assim chamado por Kraepelin. O doente tem alucinações olfactivas e auditivas e ideias delirantes de conteúdo persecutório ou de prejuízo relativamente ao tribunal que o condenou, às autoridades e a todos indiscriminadamente. Estão convencidos da sua inocência, de terem sido absolvidos ou de já terem cumprido a sua pena.

Esta síndrome é semelhante a uma psicose do tipo paranóide mas difere dela porque desaparece quando o indivíduo é posto em liberdade ou é internado num estabelecimento psiquiátrico.

Sobre a designação psicopatológica prisional, encaramos as múltiplas situações patológicas do preso condicionadas pela nova maneira de estar e de ser. Numa perspectiva de modernidade científica, a prevenção ocupa lugar privilegiado.

Que fazer? Tentar diminuir o alcoolismo e as toxicodependências já que estes são factores indubitavelmente de agravante psico-patológica quando um indivíduo vai para a cadeia. Procurar os indivíduos mais em risco no meio familiar e laboral dando-lhes o acompanhamento terapêutico mais adequado para uma verdadeira integração social no modelo utopicamente desejável das sociedades sem crimes.

Melhorar as condições sociais, preferencialmente a educação, hábitos, trabalho e nível económico.

Diagnosticar nas populações as anomalias, alterações e doenças mentais de maior risco criminogénico, promovendo o tratamento adequado.

Tal profilaxia é pouco relevante se apenas é feita por instituições para o efeito. Ela deveria ser feita, paralelamente, por toda a sociedade, com intervenção pessoal de todo e cada um de nós, à medida das suas possibilidades, na família, na escola, no ambiente de trabalho em favor dos desajustados. Mais do que incriminá-los, procurando evitar que fracassem e vão para a cadeia como solução. Dentro da cadeia, a prevenção está institucionalizada, fugindo ao alcance do cidadão normal.

A psicopatologia prisional pode ser diminuída mediante o encurtamento da prisão preventiva, a aceleração dos processos judiciais, e a clarificação dos presos num modo simples quanto à personalidade (normal ou patológica). Devem também imediatamente ser encaminhados os que necessitem de tratamento (doentes mentais, toxicodependentes) para os centros de tratamento adequados.

É fulcral manter programas de educação, cultura, diversão e terapia ocupacional. São medidas importantes a humanização das cadeias e a adopção de critérios rigorosos e científicos para a concepção da autorização de saída e de uma liberdade vigiada.

É importante criar programas de reinserção social para o preso e familiares, no sentido da realidade que se deparará quando estiver em liberdade. Ele não encontrará um ambiente muito favorável de pessoas dispostas a ajudá-lo incondicionalmente, incluindo o Estado que põe entraves ao emprego de ex-presidiários.

Tudo acaba. Estas reflexões também.

Com uma certa nostalgia do acabado, do cumprimento do projecto conseguido, fica uma réstia de lembrança temperada pelo prazer de memorização agradável.

A discussão de temas tão abrangentes tradutores das nossas inquietações, a nível da criminalidade, foi um abrir de portas, com humildade, para o confronto prático perante a realidade nacional, que se nos afigura com preocupação na escolha dos melhores caminhos.

Por certo, saímos mais enriquecidos e mais confusos como necessidade indelével para compreensão e ajuda na esperança de aproximação do equilíbrio desejado.

